

Documentos de Gestão Previsional



www.tumg.pt



TRANSPORTES URBANOS
MARINHA GRANDE

2021-2023



Índice

Órgãos Sociais	4
Introdução	5
Cálculo do Contrato Programa 2020	11
Instrumentos de Gestão Previsional	13
Pressupostos Gerais	14
Rendimentos	20
Gastos	23
Plano Anual de Investimentos 2020	26
Orçamento de Exploração Plurianual 2020-2022	27
Orçamento Anual de Tesouraria 2020	29
Balanço Previsional 2020-2022	30

TUMG -Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, S.A.

Documentos de Gestão Previsional 2021 - 2023

Órgãos Sociais

Conselho de Administração

Presidente: Carlos Alexandre de Carvalho Caetano

Vogal: Maria de Fátima Malessio Cardoso

Fiscal Único

Dr. Luís Filipe Vicente Pinto – Revisor Oficial de Contas

Avenida Dr. José Henriques Vareda, 9 - F

2430-308 Marinha Grande

Sede Social

Rua Pereira Crespo SIN

2430-2430 Marinha Grande

Telf.: 244 570260

Fax: 244 570261

Web: www.tumg.pt

Email: geral@tumg.pt

Introdução

A Tumg — Transportes Urbanos da Marinha Grande, com sede na Rua Pereira Crespo S/N, Marinha Grande, com um capital social de 338.000,00 €, é uma empresa local de gestão de serviços de interesse geral, de natureza municipal, que adotou a forma de sociedade anónima unipessoal, ao abrigo da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, cujo acionista único é a Câmara Municipal da Marinha Grande.

A empresa tem consignado nos seus estatutos, como objeto social:

- a. O transporte de passageiros;
- b. A gestão do estacionamento na área do município da Marinha Grande

Em 2021, pretendemos continuar a responder às necessidades de mobilidade da população residente no Concelho da Marinha Grande e deste modo melhorar a sua qualidade de vida.

Os instrumentos de gestão previsional que se apresentam incluem o contrato de gestão, dando deste modo cumprimento ao preceituado nas alíneas a), b) e c) do n.º 1 do art.º 42.º e art.º 47.º da citada Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, nos termos do art.º 18.º, do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua redação atual e no respeito pelo art.º 15.º dos estatutos da empresa.

Vivemos tempos de incerteza perante a pandemia do coronavírus, na certeza de que todos estamos envolvidos nesta batalha.

O dilema da atualidade é: Temos que travar a pandemia, mas não podemos deixar morrer a economia.

Devido à pandemia pela Covid 19, a nossa atividade em 2020 está a ser condicionada pela aplicação das medidas de combate ao surto, sendo a principal consequência, a redução drástica na procura pelos transportes públicos e a consequente redução da receita.

Os documentos previsionais que se apresentam, assentam na premissa da melhoria da situação pandémica, que possibilitará uma retoma gradual da normalidade, no entanto, neste momento, atendendo aos fatores conjunturais da atualidade, o futuro é ainda bastante imprevisível.

Deste modo, e por áreas de atividade da empresa, procuraremos atingir os seguintes objetivos:

Transportes Urbanos

Expansão dos Transportes Urbanos – Freguesia de Vieira de Leiria

No dia 02 de setembro de 2019, inaugurámos o transporte urbano na Freguesia de Vieira de Leiria, ligando deste modo os vários lugares da Freguesia, incluindo a Praia da Vieira, à Cidade da Marinha Grande, dando assim resposta a uma necessidade há muito legitimamente manifestada pela população desta Freguesia.

Com este alargamento, cumprimos o objetivo de tornar as freguesias mais próximas da Sede de Concelho, promovendo e reforçando a coesão social e territorial.

Continuamos a seguir o caminho da autonomização progressiva quanto aos meios humanos e materiais necessários para garantir a prestação do serviço, o que nos tem vindo a permitir reduzir o valor da subcontratação. Tal como previsto no orçamento para 2020, no primeiro semestre deste ano, o investimento em imobilizado foi de 86.000,00 €.

Os valores mais relevantes relativos a este investimento traduzem-se na aquisição de 1 miniautocarro urbano novo e de sistemas de retenção para crianças a afetar aos meios rolantes que asseguram o transporte coletivo de crianças.

Atualmente a Tumg é proprietária de 8 miniautocarros, estando 2 afetas à linha roxa, 2 à linha verde, 1 à linha rosa, 1 à linha laranja e 2 de reserva.

Expansão dos Transportes Urbanos – São Pedro de Moel

Apesar das vicissitudes da atual conjuntura, conseguimos implementar a linha branca 16, que liga a Cidade da Marinha Grande a São Pedro de Moel, atendendo à sua grande atratividade turística. Numa primeira fase, assegurámos o serviço durante o mês de agosto, no qual se regista uma maior procura e afluência turística. Deste modo conseguimos colmatar a escassez de oferta de transportes públicos para aquele local que representa um importante polo de dinamização turística do Concelho da Marinha Grande. Em 2021, pretendemos que a linha branca 16 seja consolidada como linha urbana, com carácter regular ao longo de todo o ano.

Autonomização dos Transportes Urbanos

Desde a implementação dos transportes urbanos na Cidade da Marinha em 2009, o serviço foi prestado sempre com recurso à subcontratação, uma vez que a empresa não dispunha de meios próprios que permitissem assegurar a totalidade do serviço. Essa subcontratação foi iniciada com a percentagem de 100%. Ao longo dos últimos anos, temos vindo a encetar esforços no sentido de alcançar uma maior autonomização, pelo que temos vindo a investir na aquisição de meios operacionais que progressivamente nos têm permitido diminuir as necessidades de subcontratação. Para 2021, o nosso grande objetivo será prestar o serviço de transporte urbano de passageiros no Concelho da Marinha Grande, sem recurso à subcontratação, totalmente com meios próprios.

A fim de atingir este grande objetivo, teremos que continuar a delinear uma estratégia de investimento, quer em meios materiais quer em recursos humanos.

Neste sentido, foi despoletado um procedimento aquisitivo de 3 miniautocarros e iremos recrutar mais 4 motoristas.

Estacionamento

A existência de zonas de estacionamento de duração limitada do Concelho da Marinha Grande tem subjacente a melhoria da rotatividade do estacionamento no centro urbano,

permitindo a libertação de lugares de estacionamento para utilização rotativa de curta duração, combatendo a dificuldade de estacionamento, por um lado e dissuadindo a utilização do veículo individual por outro, através da promoção da consciencialização dos munícipes para a correta utilização do espaço público. Existem espaços de estacionamento gratuito, contíguos aos parques de estacionamento onerados.

Os utilizadores dos parques de estacionamento de duração limitada, continuam a ter ao seu dispor uma aplicação de telemóvel para pagamento do estacionamento que lhes permite uma mobilidade, uma vez que não é necessário recorrer a moedas, notas ou recibos no momento do estacionamento, bastando apenas um registo prévio na aplicação.

Para 2021 não estão previstas alterações ao tarifário vigente e é importante referir que a Marinha Grande mantém em vigor valores muito abaixo daqueles que são praticados nos Concelhos limítrofes.

Acresce ainda o facto de que não tem havido expansão das zonas de estacionamento de duração limitada, designadamente nos locais junto à primeira linha das praias, o que poderia constituir uma medida benéfica, uma vez que iria contribuir para o reforço da mobilidade suave, com melhoria da circulação pedonal e ciclável. Esta é uma medida que terá necessariamente que ser aplicada, a breve trecho.

Assim sendo, para 2021 não estão previstas oscilações de relevo quanto ao valor da receita proveniente deste segmento, nem quanto aos custos de exploração inerentes.

Transportes Escolares

No contexto da pandemia pela Covid 19, com efeitos a partir do dia 16 de março 2020, foi decretada a suspensão das aulas presenciais, que levou ao encerramento dos estabelecimentos de ensino e que se manteve em vigor até ao início do novo ano letivo 2020/2021, apenas com a exceção dos 11.º e 12.º anos, cujos alunos retomaram as aulas presenciais durante o mês de junho 2020.

Com o início do novo ano letivo 2020/2021, e tendo em conta que a pandemia de COVID-19 continua ativa, a Tumg tem desenvolvido esforços no sentido de garantir toda a segurança no transporte dos alunos desde os seus locais de residência até aos respetivos estabelecimentos de ensino e todos os transportes de alunos que se mostrem necessários, de acordo com as orientações da DGS:

- Lotação máxima de 2/3 da capacidade do autocarro, de modo a garantir o distanciamento recomendado entre passageiros;
- Disponibilização de solução antisséptica à base de álcool à entrada e saída do autocarro;
- Obrigatoriedade de desinfeção das mãos;
- Obrigatoriedade do uso de máscara;
- Proibição de alimentação no interior dos veículos;
- Descontaminação do autocarro após cada viagem.

O modelo de exploração deste segmento de atividade continuará a ser o mesmo, iremos no entanto aumentar o número de viaturas afetas a este serviço de 7 para 8 autocarros com lotação igual ou superior a 55 lugares, devidamente homologados e licenciados para o transporte coletivo de crianças, 1 propriedade da Tumg, 6 subcontratados para o Concelho da Marinha Grande e 1 para Vieira de Leiria.

De salientar, no entanto, que consoante o número de alunos a transportar, poderá haver necessidade de efetuar desdobramentos, o que poderá implicar um acréscimo de custos.

Caso a pandemia evolua favoravelmente, de tal modo que possibilite a remota das atividades complementares e extracurriculares, estes autocarros estarão disponíveis para prestar apoio às diversas atividades promovidas pelos Agrupamentos escolares e pelo próprio Município no que se refere às deslocações necessárias para a prática desportiva, participação em eventos culturais e recreativos, sem quaisquer encargos adicionais. São exemplo dessas atividades, as deslocações para pequenas visitas de estudo na área do Distrito, transporte dos alunos para frequência das aulas de natação adaptada, frequência de aulas de informática, orientação e multiatividades, entre outras, o que denota o esforço de racionalização que continua a ser desenvolvido pelo Município.

Em 2021 a Tumg continuará a assegurar o serviço de:

- Transporte entre os estabelecimentos de ensino e locais de refeição dos alunos dos jardins-de-infância e do 1.º ciclo do ensino básico; o Transporte de alunos do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico público entre o seu local de residência e os respetivos estabelecimentos de ensino; o Transporte de alunos entre o seu estabelecimento de ensino e locais diversos, quando inseridos no horário e contexto da atividade escolar.
- A prestação de serviços a subcontratar continua a incluir vigilantes, conforme estabelece a Lei n.º 13/2006, de 17 de abril.

Transportes Subsidiados e Ocasionais

Este segmento de atividade, neste momento, é o que mais sente as consequências das medidas de combate à pandemia de Covid 19.

A partir do momento em que foi decretado o estado de emergência, no dia 18 de março 2020, não se realizaram mais transportes ocasionais. Esta situação permanece inalterada.

Logo que seja possível retomar esta atividade, continuaremos a prestar serviço de transporte de passageiros, no âmbito de atividades e projetos de caráter educativo, cultural, social e desportivo, desenvolvidos ou apoiados pelo Município, dando deste modo resposta às necessidades de deslocação de várias instituições do Concelho da Marinha Grande.

Continuaremos a desenvolver processos de melhoria do desempenho em todos os segmentos de atividade, perspetivando a melhoria contínua da eficiência.

Uma vez mais reiteramos a importância do cariz social do serviço prestado no âmbito dos transportes urbanos, razão pela qual e por indicação do acionista único, o tarifário permanecerá inalterado em 2021.

Pretendemos continuar a seguir um modelo de gestão assente no rigor e no compromisso da satisfação de uma necessidade de interesse geral, com o principal intuito de servir a população da Marinha Grande.

Cálculo do Contrato-Programa para 2020 — Transporte Urbano de Passageiros

O valor do contrato-programa proposto para o transporte urbano de passageiros relativo ao ano de 2021, é de 472.597,22 € (quatrocentos e setenta e dois mil, quinhentos e noventa e sete euros e vinte e dois cêntimos).

O valor proposto mantém-se inalterado, face à proposta apresentada no ano anterior e resulta dos seguintes fatores:

- As medidas de contingência provocadas pela pandemia da Covid 19, provocaram uma quebra drástica e inevitável na procura pelos transportes públicos com repercussões negativas na receita, sentidas em todos os segmentos de atividade da empresa: transportes urbanos, transportes escolares e ocasionais e estacionamento. Continuamos a viver tempos atípicos, cuja imprevisibilidade é uma constante.
- Atendendo à excecionalidade dos dados contabilísticos obtidos no primeiro semestre 2020, pelos motivos supra elencados, a base de cálculo para o valor proposto assenta nos registos contabilísticos à data de 31 de dezembro de 2019.
- Em 2020, a Tumg continua a assegurar, através de meios próprios (7 miniautocarros), a prestação do serviço em 4 das 7 linhas urbanas existentes (verde, roxa, rosa e laranja). O valor da subcontratação para o segmento dos transportes urbanos para o ano de 2020, foi de 249.962,00 € (duzentos e quarenta e nove mil novecentos e sessenta e dois euros), valor este que garante o serviço em três linhas (vermelha, amarela e azul), através de 4 miniautocarros + 1 de substituição.
- Esta subcontratação resultou do lançamento de um concurso público, cujo critério de adjudicação foi o da proposta economicamente mais vantajosa.
- Prosseguindo o objetivo da autonomização progressiva do serviço de transportes urbanos no Concelho da Marinha Grande, é nossa intenção, com efeitos a partir de janeiro 2021, assegurar o serviço a 100% com meios próprios.
 - Para concretização deste objetivo, é necessário adquirir 3 miniautocarros urbanos e recrutar 4 motoristas, pelo que conseqüentemente o valor das depreciações e dos gastos com o pessoal são as rubricas que registarão um incremento significativo.
- No que se refere às receitas próprias da atividade, o valor considerado é o que resulta da projeção da informação contabilística apurada em 31 de dezembro de 2019.

- Uma vez que os valores dos custos e proveitos de cada uma das linhas são distintos, dependendo dos recursos materiais e humanos afetos a cada uma e da consequente procura, os gastos foram calculados a partir do sistema de contabilidade analítica da empresa, à data de 31 de dezembro de 2019.
- Importa ainda referir que a ampliação do transporte urbano a São Pedro de Moel, implementado em agosto 2020, apesar de ter funcionado apenas durante 1 mês, implicou um investimento cujos custos não foram contabilizados para efeitos do cálculo do valor do subsídio à exploração do exercício de 2020, pelo que são agora contemplados.

Com base nestes pressupostos, apresentamos o cálculo do valor do subsídio à exploração para 2020:

CÁLCULO DA INDEMNIZAÇÃO COMPENSATÓRIA	
	Orçamento 2021
Transportes Urbanos	
(Valor Apurado sistema de Contabilidade Analítica)	
Transportes Urbanos	
Serviços Diversos	238.936,20
Gastos com pessoal	255.050,40
Depreciações	163.123,05
Impostos	154,74
Outros	
Gastos Perdas Financeiras	51,98
1) GASTOS TOTAIS COM TRANSPORTES URBANOS	657.316,37
Proveitos próprios da Atividade	
Transportes Urbanos	
Bilhetes	76.253,33
Bilhetes a bordo	61.101,10
Bilhetes pré-comprados	15.152,23
Passes	99.385,82
Geral	40.578,32
Jovens	32.301,27
Seniores	23.436,01
Cartões	3.070,22
Outros	9.080,00
Publicidade	9.080,00
Outros	
2) PROVEITOS COM TRANSPORTES URBANOS	184.719,15
3) INDEMNIZAÇÃO COMPENSATÓRIA (1 - 2)	472.597,22

Nos transportes urbanos da Marinha Grande, e à semelhança do que acontece na maior parte dos municípios, a terceira idade e a população escolar continuam a evidenciar os maiores índices de utilização, sendo que para estes segmentos etários, o preço do passe é subvencionado, o que se traduz em tarifas socialmente acessíveis mas com valores abaixo do custo real de operacionalidade, pelo que o subsídio à exploração para 2020 foi calculado de modo a garantir a cobertura do deficit de exploração, na assunção de que a entidade pública participante não irá propor alterações ao tarifário vigente.

Instrumentos de Gestão Previsional

Apresentamos de seguida os instrumentos de gestão previsional para o triénio 2021-2023, elaborados em conformidade com a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, mais concretamente nos termos estatuídos no n.º 1 do seu artigo 42.º e dando cumprimento ao n.º 3 do artigo 12.º dos estatutos da Tumg — Transportes Urbanos da Marinha Grande, EM Unipessoal S.A.

Assim, no respeito pela legalidade dos estatutos, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral os presentes instrumentos de gestão previsional, para discussão e votação.

- Orçamento Rendimentos 2021
- Orçamento Gastos 2021
- Plano Anual de Investimentos 2021
- Orçamento Anual de Exploração 2021-2023
- Orçamento Anual de Tesouraria 2021
- Balanço Previsional Plurianual 2021-2023

Pressupostos Gerais

Conjuntura económica Mundial

A pandemia de Covid 19, trouxe à luz do dia problemas relacionados com a necessidade imperiosa de se estabelecer um equilíbrio entre aquele que deve ser o grande objetivo que norteia qualquer governação, que se traduz na preservação da vida humana e em simultâneo manter uma economia saudável, capaz de dar respostas às questões sociais, designadamente aquelas provocadas pela própria pandemia. Ambos os lados da equação são indissociáveis e o sucesso da vertente social, depende necessariamente do sucesso da vertente económica e vice-versa.

O Fundo Monetário Internacional alertou que a pandemia de covid-19 vai causar profundas mudanças estruturais.

A gravidade e a magnitude do impacto da pandemia, que já causou mais de um milhão de mortos e a maior recessão económica em praticamente um século, tem concentrado toda a atenção dos organismos responsáveis pela regulação da economia mundial. "A economia pós-pandemia será muito diferente da que se registava anteriormente (...). Não faz sentido hoje investir na economia de ontem", realçou a diretora-geral do FMI, Kristalina Georgieva, ao referir-se ao futuro da economia. Medidas estruturais bem desenhadas serão necessárias para realocar recursos ao longo do tempo para setores mais viáveis e, assim, minimizar os danos permanentes nas nossas economias", sublinhou Christine Lagarde, que liderou o FMI entre 2011 e 2019. No relatório 'Global Economic Outlook', o FMI apontou o emprego como uma das principais vítimas da pandemia e neste momento é inegável a escalada dos números relacionados com o desemprego, a nível mundial.

Para o presidente do Banco Mundial, David Malpass, a pandemia mudou tudo: "a forma como trabalhamos, o alcance das nossas viagens, a maneira como comunicamos, ensinamos e aprendemos. Em 2020, a pobreza extrema global aumentará pela primeira vez, em mais de 20 anos, como resultado dos distúrbios causados pela pandemia de covid-19".

Em maio, no pior cenário delineado, os economistas do Banco Mundial já previam que 60 milhões de pessoas poderiam cair em pobreza extrema e, em agosto, a previsão foi ainda mais pessimista, passando para 100 milhões de pessoas. Pelos últimos cálculos, em 2021 quase 150 milhões de pessoas em todo o mundo podem cair em pobreza extrema, com rendimento diário estimado de 1,9 dólares (1,62 euros).

A pandemia de covid-19 já provocou mais de um milhão e cem mil mortos e mais de 40 milhões de casos de infeção em todo o mundo, segundo um balanço feito pela agência France Presse.

O Produto Interno Bruto (PIB) mundial só irá retomar os níveis pré-pandemia em meados de 2021, após uma recuperação mais forte do que a esperada nos últimos meses, estima o Deutsche Bank. Contudo, a instituição financeira alemã alerta que os níveis de dívida aumentaram e uma mudança política pode aumentar os riscos de crise financeira.

“A recuperação económica global provocada pelo mergulho da Covid-19 avançou mais rapidamente do que o que estimávamos”, disse Peter Hooper, responsável pelo *research* económico do Deutsche Bank. Nesse sentido, o banco alemão estima que “o nível do PIB mundial esteja a cerca de metade do caminho atingido nos níveis pré-Covid”, antecipando que retome a estes níveis “em meados do próximo ano”, ou seja, alguns trimestres antes da previsão anterior. Para este ano, o banco prevê uma contração da economia mundial de 3,9%, menor do que os 5,9% previstos em maio. Para 2021, estima que o PIB cresça 5,6%, contra os 5,3% previstos anteriormente.

Quase todas as principais economias do mundo sofreram quedas históricas devido à pandemia de Covid 19. Países como a Índia, Brasil, sofreram quedas sem precedentes. Apenas a China escapou da recessão.

O Brasil, maior economia da América Latina, registou uma queda de 9,7% de seu PIB entre abril e junho, tendo oficialmente entrado em recessão.

A Índia, embora sem recessão, registou uma queda sem precedentes de 23,9% de seu PIB.

De acordo com dados divulgados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), nos Estados Unidos, maior economia do mundo, a queda foi de 9,5% no segundo trimestre.

Apenas a segunda maior economia do mundo, evitou a recessão ao conter a epidemia. O PIB da China recuperou 11,5% no segundo trimestre, após queda de 10% no primeiro, um nível de crescimento que permanece, no entanto, muito inferior ao verificado nas últimas décadas.

Conjuntura Económica Europeia

Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), refere que a queda da economia da zona euro este ano seja de 7,9%, quando em junho apontava para uma contração de 9,1%. Contudo, as perspetivas de crescimento em 2021 foram revistas em baixa. A instituição pede aos governos que mantenham o estímulo orçamental em 2021 e recomenda mais investimento público

Entre as maiores economias do espaço da moeda única, a OCDE atualiza as suas projeções para Alemanha, França e Itália, embora mantendo a expectativa de quedas inéditas, há um desagravamento do cenário para este ano.

Para a Alemanha, a OCDE aponta agora para uma contração de 5,4% (em vez de -6,6%), uma queda de 9,5% em França (e já não -11,4%) e de 10,5% em Itália (em vez de -11,3%).

Também o cenário para a economia global em 2020 foi desagravado, com a OCDE a antecipar uma contração do PIB mundial de 4,5%, e já não de 6%.

No entanto, também as projeções de crescimento em 2021 foram revistas em baixa. Ou seja, a OCDE prevê crescimentos mais reduzidos no próximo ano.

No caso da economia mundial, a instituição antecipa um crescimento global de 5%, em vez de 5,2%, mas segundo a OCDE a economia do espaço da zona euro deverá expandir-se 5,1% em 2021, menos 1,4 pontos percentuais do que antecipado há três meses. Para a Alemanha, a projeção atual é de um crescimento do PIB de 4,6% em 2021 (revisão em baixa de 1,2 pontos percentuais), sendo de 5,8% para França (corte de 1,9 pontos percentuais) e de 5,4% para Itália (revisão em baixa de 2,3 pontos percentuais).

Em consequência, a OCDE aponta que o nível do PIB no final de 2021 permaneça abaixo do nível do final de 2019, e consideravelmente mais fraco do que o projetado antes da pandemia, destacando o risco de custos duradouros da pandemia de covid-19.

Apesar da retoma gradual, a OCDE considera que o cenário económico permanece “excepcionalmente incerto, com a pandemia de covid-19 a continuar a cobrar um preço elevado às economias e às sociedades” e que muito vai depender da evolução da pandemia nos próximos meses, bem como de o desenvolvimento de tratamentos eficazes e de uma vacina, disseminada previsivelmente apenas no final de 2021.

Aquele organismo refere ainda que "sem o imediato e eficaz apoio público introduzido em todas as economias para amortecer o impacto do choque nos rendimentos das famílias e nas empresas, a contração no produto e no emprego teria sido substancialmente maior". Apesar da recuperação em marcha, "a incerteza permanece elevada e a confiança ainda é muito frágil".

O apoio orçamental já efetivado pelos governos desde o início da pandemia, no apoio direto a trabalhadores, empresas e à área da saúde, tem representado uma fatia significativa do PIB, apoio esse que a OCDE considera fundamental que perdure em 2021.

Refere o investimento público como fator impulsionador da recuperação sustentada. A OCDE, lembra que "com as taxas de juro de longo prazo próximas de zero em muitas economias avançadas, é provável que a taxa de retorno social do investimento público exceda os custos de financiamento para muitos projetos" e aponta áreas como a saúde, a educação, e as infra-estruturas ambientais e digitais.

O Banco Central Europeu (BCE) projeta uma quebra de 8% em 2020 na economia da zona euro, no pressuposto-chave de que existe um sucesso parcial na contenção do vírus, com algum ressurgimento das infeções nos próximos trimestres a obrigar a que se mantenham algumas medidas de confinamento, embora não tão severas quanto as que foram tomadas na primeira vaga, até que surja uma solução médica, projeção esta ligeiramente mais otimista do que as últimas estimativas, feitas em junho. No entanto, o BCE avisa que num “cenário adverso”, em que existe um maior descontrolo da pandemia, a economia europeia poderá cair até 10%.

As medidas de confinamento, a elevada incerteza e a deterioração das condições do mercado laboral, deverão continuar a penalizar a oferta e a procura. É importante manter o apoio às políticas monetárias e orçamentais, designadamente no mercado laboral.

Christine Lagarde considera que os governos lançaram medidas “oportunas” e em “tempo útil”, e essa é uma das principais explicações para a revisão em alta das projeções económicas de 2020, que em junho apontavam para uma recessão de 8,7%.

Conjuntura Económica Nacional

No relatório da proposta de Orçamento do Estado, o Governo estima uma quebra de 8,5% do PIB em 2020 — mais 1,6 pontos percentuais do que a previsão de junho, no Orçamento do Estado Suplementar — e prevê uma recuperação de 5,4% no próximo ano.

Para 2020, a quebra mais acentuada da atividade económica reflete a forte redução prevista para o consumo privado (-7,1% do que no ano passado), para as exportações (-22,0%) — que caem mais do que as importações (-17,9%) — e para o investimento (-7,4%).

Em abril, o FMI apontava para uma quebra do PIB de 8% (embora partindo do pressuposto que o desemprego iria disparar para 13,9%).

No mês seguinte, a Comissão Europeia mostrava-se mais contida, com uma previsão de recessão de 6,9%, mas em julho, tornaria o cenário mais sombrio, perspetivando uma quebra da economia de 9,8%.

As contas do Governo vão agora ao encontro das novas, e melhoradas, previsões do Banco de Portugal, que apontou para uma recessão de 8,1% do PIB, em vez de 9,5%. Já o Conselho das Finanças Públicas antevê ainda uma quebra de 9,3%.

Depois da quebra drástica este ano, em 2021 as perspetivas mudam radicalmente. O crescimento previsto de 5,4% beneficia nomeadamente de um aumento de 10,9% nas exportações — a maior procura externa pelos produtos portugueses sobe em grande medida graças à “recuperação do setor do turismo, onde o impacto da pandemia foi particularmente severo em 2020”.

Em contraponto, as importações de bens e serviços deverão crescer 7,2%. Espera-se ainda um acréscimo de 3,9% no consumo privado e mais 5,3% no investimento, mas, tal como nas exportações, não compensam as quebras do ano anterior.

As previsões do Governo para 2021 não ficam muito distantes (embora sejam mais otimistas) das contas feitas pelo Banco de Portugal (+5,2%), pelo FMI (+5,0%) e pelo Conselho de Finanças Públicas (+4,8%). A Comissão Europeia é, desta vez, quem mais acredita na recuperação portuguesa (+6,0%).

O Governo sublinha que a recuperação “pressupõe um menor nível de incerteza” face a este ano e “uma gradual melhoria no mercado de trabalho”, com um “ligeiro aumento no rendimento disponível das famílias e a uma redução da taxa de poupança”.

Num contexto de crescimento económico, o Governo conta com uma redução da taxa de desemprego de 8,7%, em 2020, para 8,2%, em 2021 — ainda longe dos 6,5% registados em 2019.

A inflação prevista para o próximo ano rondará os 0,7%, depois de uma ligeira descida dos preços (-0,1%) prevista para este ano.

O Fundo Monetário Internacional prevê um défice de 8,4% este ano para Portugal, mais do que os 7,1% que apontou em abril e do que os 7,3% previstos pelo Governo na proposta de Orçamento do Estado.

Para 2021, o FMI aponta um saldo negativo de 2,7% no próximo ano, previsão mais otimista do que os 4,3% apontados pelo Governo.

A situação das contas portuguesas não deverá ser, apesar de tudo, tão grave como na generalidade dos países da Zona Euro, que, em média, deverá registar défices de 10,1% este ano e de 5% no próximo.

A Tumg prosseguirá uma política de racionalização de recursos. Os instrumentos de gestão previsional que se apresentam, refletem essa preocupação: por um lado a redução de custos, por outro lado a objetivação do aumento da receita, numa projeção assente em dados realistas.

Os tempos de incerteza, sem dúvida que serão o grande desafio da nossa missão.

Os mapas previsionais foram elaborados com base nos valores acumulados da contabilidade geral e analítica a 31 de dezembro de 2019.

Rendimentos

A nossa previsão para os rendimentos em 2021, situa-se nos 1.001.322,92 euros distribuídos pelas seguintes rubricas:

RENDIMENTOS			
	Orçamento 2021	Orçamento 2020	Varição
Prestação de serviços	520.606,58	517.889,48	0,3%
Subsídio à exploração	472.597,22	472.597,08	0,0%
Outros rendimentos e ganhos	8.100,00	4.800,00	0,3%
Juros dividendos e outros rendimentos similares	19,12	0,24	0,0%
TOTAL DOS RENDIMENTOS	1.001.322,92	995.286,80	0,6%

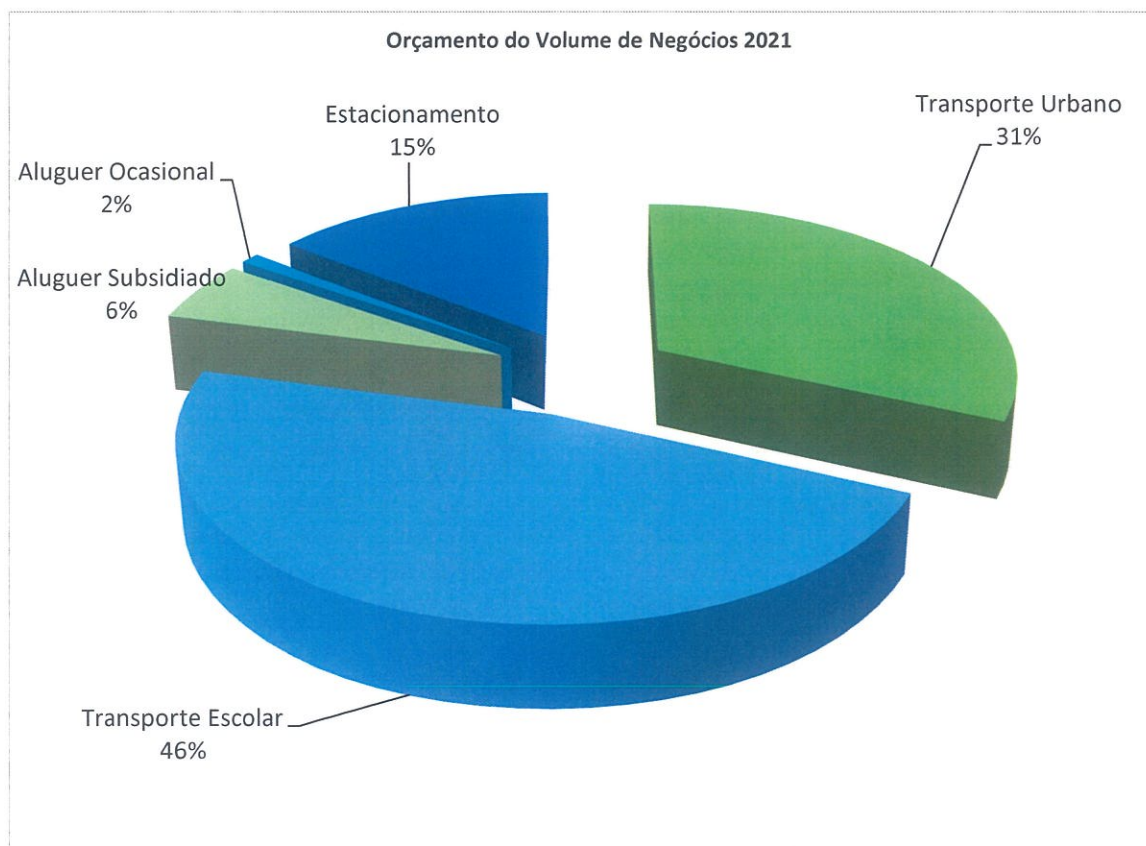
Comparativamente ao orçamento elaborado para 2020, o valor previsto dos rendimentos traduz um aumento de 0,6%.

A receita proveniente da prestação de serviços foi calculada em função dos valores obtidos à data de 31 de dezembro de 2019.

A previsão da distribuição dos rendimentos pelos segmentos de atividade da empresa, é conforme segue:

- Transportes públicos de passageiros: prevemos um valor total de 635.053,46 €, que resulta da soma do subsídio à exploração no valor de 472.597,22 € e dos proveitos próprios da atividade no montante de 162.456,24 €.
- Estacionamento: prevemos o valor de 76.500,87 €, correspondente ao ano completo de atividade.
- Transportes escolares: atendendo aos fatores supra enunciados, é expectável o valor de proveitos de 241.491,90 €.
- Transportes subsidiados pelo Município: Face ao histórico de 2019, prevemos uma receita de 30.568,00 €.
- Transportes ocasionais: Considerámos a previsão de 9.589,57 €, reflexo da projeção da procura registada em 2019.

O peso relativo das diversas rubricas que compõem os rendimentos e réditos, fica deste modo distribuído:



Seguidamente apresenta-se o mapa discriminado dos rendimentos e réditos orçamentados para 2021, com comparação ao orçamento de 2020.

RENDIMENTOS		
	Orçamento 2021	Orçamento 2020
Prestação de serviços	520.606,58	517.889,48
Transportes passageiros	281.649,47	278.626,66
Aluguer subsidiado	30.568,00	28.980,00
Transportes escolares e outros	241.491,90	244.552,30
Transportes ocasionais	9.589,57	5.094,36
Transportes urbanos de passageiros	162.456,24	164.303,46
Bilhetes	70.935,98	87.176,66
Bilhetes a bordo	56.574,70	55.204,48
Bilhetes pré-comprados	14.361,28	31.972,18
Passes	91.520,26	77.126,80
Geral	37.361,00	31.287,50
Jovens	29.240,35	26.328,72
Seniores	21.769,39	17.993,66
Cartões	3.149,52	1.516,92
Estacionamento	76.500,87	74.959,36
Bilhetes	76.500,87	74.959,36
Subsídio à exploração	472.597,22	472.597,08
Contrato de gestão	472.597,22	472.597,08
Outros rendimentos e ganhos	8.100,00	4.800,00
Publicidade	8.100,00	4.800,00
Outros		
Juros dividendos e outros rendimentos similares	19,12	0,24
Juros de aplicações financeiras	0,24	0,24
Outros Rendimentos	18,88	
TOTAL DOS RENDIMENTOS	1.001.322,92	995.286,80
% da Indemnização compensatória/Rendimentos Totais	47%	47%

Gastos

Relativamente aos gastos, a previsão para 2021, assenta nos mesmos critérios de prudência e na continuação de adoção de políticas de gestão que se traduzem na simplificação, rigor e transparência.

Ao contrário dos rendimentos e réditos, o passivo e os custos apresentados não resultaram de uma quantificação por defeito.

O quadro seguinte apresenta as principais rubricas de gastos, com os valores orçamentados para 2021 e 2020, e respetivos desvios. Da análise do quadro, constata-se um aumento de 1% dos gastos, relativamente ao ano anterior, destacando-se o aumento da rubrica gastos com o pessoal, devido ao recrutamento de motoristas, sendo que os gastos de depreciação/amortização, continuam a representar um valor com grande relevância material, reflexo do investimento que tem sido efetuado, ao qual acresce a aquisição de 3 miniautocarros, cuja amortização terá início em janeiro 2021, coincidindo com a sua entrada em funcionamento.

GASTOS	Orçamento 2021	Orçamento 2020	Desvio
FSE	563.096,81	689.818,43	-18%
Gastos com o pessoal	280.291,67	209.017,26	34%
Gastos de depreciação/amortização	156.547,36	95.777,72	63%
Outros Gastos e Perdas	207,01	205,80	1%
Gastos e perdas de financiamento	60,46	0,00	
Impostos sobre rendimento período	235,12	0,00	
TOTAL DOS GASTOS	1.000.438,43	994.819,21	1%

A totalidade dos gastos perfaz o valor de 1.000.438,43 €, sendo a rubrica de fornecimentos e serviços externos a de maior relevância orçamental, na medida em que inclui o valor dos subcontratos, designadamente o que se refere aos transportes escolares.

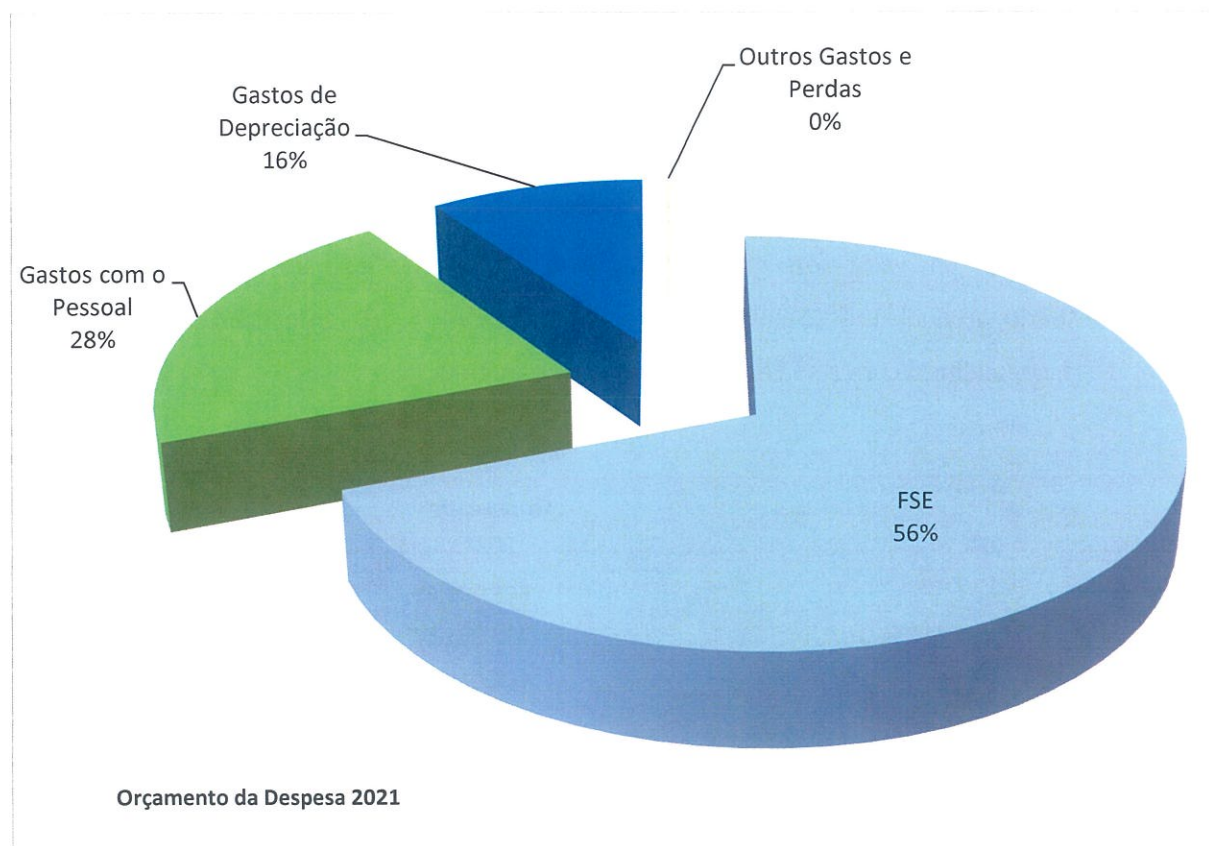
Quanto às restantes despesas, as variações, a acontecer, representam ligeiros acertos relativamente ao previsto para 2019, atendendo à política de contenção de custos seguida.

Os gastos com o pessoal traduzem um aumento de 34%, reflexo do aumento do nosso quadro de pessoal, na medida em que será necessário recrutar 4 motoristas.

Importa salvaguardar aqui a imprevisibilidade no que se refere às consequências da legislação quer em matéria de pessoal, quer em termos de legislação específica que possa surgir, em resposta à excecionalidade da conjuntura atual.

Os cálculos foram efetuados de acordo com a legislação em vigor para 2020.

A seguir apresenta-se um gráfico com o peso relativo das diversas rubricas de gastos.



Apresenta-se o mapa discriminado dos gastos orçamentados para 2021, com comparação ao orçamento de 2020:

GASTOS		
	Orçamento 2021	Orçamento 2020
Fornecimentos e serviços externos	563.096,81	689.818,43
Subcontratos	268.167,68	468.047,08
Transportes Públicos	0,00	248.000,00
Outros alugueres	17.931,08	20.047,08
Transportes Escolares	250.236,60	200.000,00
Serviços especializados	140.435,93	107.691,18
Trabalhos especializados	8.270,06	5.766,02
Honorários	17.308,00	13.200,00
Publicidade e propaganda	8.058,56	7.006,04
Vigilância e segurança	10.320,99	10.948,32
Conservação e reparação	95.513,98	69.461,90
Serviços bancários	331,54	465,16
Outros	632,80	843,74
Materiais	6.525,96	6.378,90
Ferramentas e Utensílios	44,92	41,82
Livros e documentação técnica	80,00	0,00
Material de escritório	5.978,88	6.046,84
Artigos para oferta	422,16	290,24
Energia e fluidos	104.040,07	81.639,85
Eletricidade	2.487,12	2.250,42
Combustíveis	100.730,39	78.781,13
Água	822,56	608,30
Deslocações estadas e transportes	1.595,44	1.291,46
Deslocações e estadas	1.595,44	1.291,46
Serviços Diversos	0,00	0,00
Rendas e Alugueres	0,00	0,00
Comunicação	5.410,26	4.118,54
Telefones, correio telemóveis	5.410,26	4.118,54
Seguros	27.248,83	17.805,60
Responsabilidade civil	27.248,83	17.805,60
Contencioso e notariado	4.889,29	423,68
Despesas de representação	0,00	0,00
Limpeza higiene e conforto	4.783,35	2.422,14
Outros Serviços	0,00	0,00
Gastos com o pessoal	280.291,67	209.017,26
Remunerações órgão sociais e pessoal	236.088,33	161.547,50
Encargos sobre remunerações	36.117,86	35.434,02
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	3.193,94	6.387,88
Outros gastos com o pessoal	4.891,54	5.647,86
Gastos de depreciação e de amortização	156.547,36	95.777,72
Edifício, Equipamento Básico e Administrativo	156.547,36	95.777,72
Outros Gastos e Perdas	207,01	205,80
Outros	207,01	205,80
Gastos e perdas de financiamento	60,46	0,00
Juros suportados	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	60,46	0,00
Impostos sobre o rendimento do período	235,12	0,00
IRC	235,12	0,00
TOTAL DOS GASTOS	1.000.438,43	994.819,21

Gastos:

O valor dos Fornecimentos e serviços externos para 2021 foi calculado com base nos valores reais à data de 31 de dezembro 2019, à exceção das seguintes rubricas que foram calculadas com base na atividade operacional prevista para 2021:

- Subcontratos
Deixa de estar contemplado o valor do subcontrato relativo aos transportes urbanos, na medida em que se pretende assegurar este serviço, exclusivamente através de meios próprios, estando refletidos os custos diretos dos transportes escolares, atentas as necessidades previstas para 2021, com base no valor do contrato adjudicado para 2020.
- Gastos de depreciação/amortizações
Incluem a depreciação do investimento a efetuar em 2021 (aquisição de três miniautocarros urbanos), que se prevê que entrem em funcionamento no início de 2021, pelo que a amortização considerada foi à taxa de 20%.

Plano Anual de Investimentos 2021

É nossa intenção proceder à aquisição de três miniautocarros urbanos, com o objetivo de integrar o segmento dos transportes urbanos, de modo a permitir quer a ampliação do serviço de transporte urbano, quer a total autonomização do serviço.

20% do valor de aquisição dos 3 miniautocarros será liquidado aquando da sua entrega e o valor remanescente será liquidado no prazo de 48 meses, em 4 prestações anuais de igual valor.

INVESTIMENTOS	Orçamento 2021
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	271.500,00
Equipamento Básico	
3 Miniautocarros	271.500,00
Total dos Investimentos	271.500,00

INVESTIMENTOS	Orçamento 2020
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	85.966,29
Equipamento Básico	
1 Miniautocarro	85.721,25
Sistemas de Retenção/Crianças (26)	245,04
Total dos Investimentos	85.966,29

Orçamento de Exploração Plurianual – 2021-2023

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

	Orçamento 2021	Orçamento 2020
Vendas e serviços prestados	520.606,58	517.889,48
Subsídios à exploração	472.597,22	472.597,08
Fornecimentos e serviços externos	- 563.096,81	- 689.818,43
Gastos com pessoal	- 280.291,67	- 209.017,26
Outros rendimentos e ganhos	8.118,88	4.800,00
Outros gastos e perdas	- 207,01	- 205,80
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	157.727,19	96.245,07
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	- 156.547,36	- 95.777,72
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (Perdas/Reversões)	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1.179,83	467,35
Juros e rendimentos similares obtidos	0,24	0,24
Juros e gastos similares suportados	- 60,46	
Resultado antes de impostos	1.119,61	467,59
Impostos sobre o rendimento do período	- 235,12	- 98,19
Resultado líquido do período	884,49	369,40

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

	Orçamento 2021	Orçamento 2022	Orçamento 2023
Vendas e serviços prestados	520.606,58	525.812,65	531.070,77
Subsídios à exploração	472.597,22	477.323,19	482.096,42
Fornecimentos e serviços externos	- 563.096,81	- 568.727,78	- 576.942,45
Gastos com pessoal	- 280.291,67	- 283.094,59	- 285.925,53
Outros rendimentos e ganhos	8.118,88	8.181,00	8.262,81
Outros gastos e perdas	- 207,01	- 209,08	- 211,17
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	157.727,19	159.285,39	158.350,85
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	- 156.547,36	- 148.719,99	- 141.283,99
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (Perdas/Reversões)	0,00	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1.179,83	10.565,40	17.066,86
Juros e rendimentos similares obtidos	0,24	0,25	0,26
Juros e gastos similares suportados	- 60,46	- 61,06	- 61,68
Resultado antes de impostos	1.119,61	10.504,59	17.005,44
Impostos sobre o rendimento do período	- 235,12	- 2.205,96	- 3.571,14
Resultado líquido do período	884,49	8.298,63	13.434,30

O Orçamento plurianual de exploração (2021/2023) foi obtido com base nas seguintes premissas:

- Subsídio à exploração: Mantém-se inalterado face a 2020
- FSE: aumento de 1% ao ano
- IRC: 21% dos resultados antes de impostos

Orçamento Anual de Tesouraria – 2021

RUBRICAS	Previsão 2021
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>	
Recebimentos de clientes	915.279,07
Pagamentos a fornecedores	- 661.296,42
Pagamentos ao pessoal	- 267.674,93
Caixa gerada pelas operações	- 13.692,28
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	- 113.449,85
Outros recebimentos/pagamentos	- 267,23
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	- 127.409,36
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>	
Pagamentos respeitantes a:	
Ativos fixos tangíveis	- 66.789,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	- 66.789,00
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>	
Pagamentos respeitantes a:	
Financiamentos obtidos	0,00
Juros e gastos similares	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	0,00
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	- 194.198,36
Efeito das diferenças de câmbio	
Caixa e seus equivalentes no início do período	480.000,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período	285.801,64

Balanço Previsional Plurianual – 2021-2023

RUBRICAS	Previsão 2021	Previsão 2022	Previsão 2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	497.232,81	348.512,82	207.228,83
Participações Financeiras	1.444,45	1.841,05	2.341,05
	498.677,26	350.353,87	209.569,88
Ativo corrente			
Clientes	179.294,03	179.375,87	181.169,63
Estado e outros entes públicos	46.650,16	47.997,29	49.206,25
Outras contas a Receber	24.211,10	24.211,10	24.211,10
Diferimentos	280,94	283,75	286,59
Caixa e depósitos bancários	285.801,64	396.032,46	487.255,41
	536.237,87	647.900,47	742.128,98
Total do Ativo	1.034.915,13	998.254,34	951.698,86
Capital próprio e passivo			
Capital próprio			
Capital realizado	338.000,00	338.000,00	338.000,00
Reservas legais	39.499,97	39.588,46	40.418,32
Resultados transitados	254.682,48	255.478,48	262.947,48
	632.182,45	633.066,94	641.365,80
Resultado líquido do período	884,49	8.298,63	13.434,30
Total do capital próprio	633.066,94	641.365,57	654.800,10
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Outras contas a pagar	256.971,60	192.728,70	128.485,80
Provisões	61.727,00	61.727,00	61.727,00
Passivo corrente			
Fornecedores	61.761,43	71.668,50	83.296,13
Estado e outros entes públicos	19.590,94	28.967,36	21.592,61
Outras contas a pagar			
Diferimentos	1.797,22	1.797,22	1.797,22
Total do Passivo	401.848,19	356.888,78	296.898,76
Total do capital próprio e do passivo	1.034.915,13	998.254,34	951.698,86

Conclusão

Globalmente prevemos rendimentos e réditos num total de 1.001.322,92 € e gastos num total de 1.000.438,43 €, originando um resultado antes de impostos no valor de 1.119,61 €.

A nossa preocupação continuará a ser a prossecução de uma gestão de rigor do património coletivo, visando a satisfação das necessidades de mobilidade e acessibilidade dentro do espaço urbano, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população da Marinha Grande.

Aprovado em Conselho de Administração em reunião de 12 de outubro de 2020

Conselho de Administração

CARLOS
ALEXANDRE
DE
CARVALHO
CAETANO

Assinado de forma digital por CARLOS ALEXANDRE DE CARVALHO CAETANO
Dados: 2020.10.28 11:18:20 Z

Assinado por : **Maria de Fátima Malesso Cardoso**
Num. de Identificação: BI08688512
Data: 2020.10.28 11:09:12+00'00'



Carlos Alexandre de Carvalho Caetano

Maria de Fátima Malesso Cardoso

RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Introdução

Nos termos do artigo 25.º, número 6, alínea j), da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, procedemos à revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional da TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, Unipessoal, Sa (a Entidade) relativos ao período de 2021 a 2023, que compreendem os planos de atividades anual e plurianuais, os orçamentos anuais, incluindo as estimativas das operações financeiras com a Autarquia Local, planos de investimento anual e plurianuais e respetivas fontes de financiamento, incluindo os pressupostos em que se basearam.

Tais instrumentos de gestão previsional prevêem para 2021 rendimentos de 1.001.322,92 euros, gastos num total de 1.000.438,43 euros e, investimentos de 271.500,00 euros.

Responsabilidades do órgão de gestão sobre os instrumentos de gestão previsional

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Responsabilidades do auditor sobre a revisão dos instrumentos de gestão previsional

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo relatório.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e consistiu:

- a) Principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
 - a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;



- a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a adequação da apresentação da informação previsional ;
- b) Na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objectivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.

Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo “Reserva” abaixo, entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre os instrumentos de gestão previsional.

Reserva

A pandemia do coronavírus COVID-19, que tem vindo a assolar o Mundo desde o início do corrente ano, tem tido desenvolvimentos substanciais quase dia a dia, não sendo possível, quantificar esses efeitos face à elevada incerteza existente.

A Entidade estima que no exercício de 2021 as condicionantes até agora existentes estarão ultrapassadas.

Os efeitos e consequências deste quadro e das medidas de natureza legal que possam vir a ser tomadas correspondem a uma limitação de âmbito que condiciona o nosso parecer.

Conclusão e opinião

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo “Reserva” acima, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião a projecção está devidamente preparada com base nos pressupostos e está apresentada de acordo com o exigido pela Lei 50/2012 de 31 de agosto.

Devemos contudo advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Marinha Grande, 26 de outubro de 2020


Filipe Vicente Pinto
Revisor Oficial de Contas N.º 664

PARECER PRÉVIO SOBRE A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA

Introdução

Para efeitos do disposto no art.º 25.º, n.º 6, alínea c) da Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto, apresentamos o nosso parecer prévio sobre a proposta de contrato-programa "Prestação de Serviços de Interesse Geral de Transporte de Passageiros", previsto no art.º 47.º da citada lei, entre a TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande, EM Unipessoal, SA e o Município da Marinha Grande, o qual prevê uma indemnização compensatória no valor de 472.597,22 euros para o exercício de 2021.

As indemnizações compensatórias consubstanciadas em subsídios ou outras transferências financeiras das entidades participantes são devidas como contrapartida de obrigações assumidas pela entidade e dizem respeito à prática de políticas de preços de que decorrem receitas operacionais anuais inferiores aos custos anuais.

Os gastos diretos previstos com a exploração de 7 linhas, unicamente com recursos próprios é de 657.316,37 euros, sendo que os rendimentos projetados são de apenas 184.719,15 euros, donde resulta um valor de indemnização compensatória a constar no contrato programa de 472.597,22 euros.

Responsabilidades

É da responsabilidade do conselho de administração o cálculo do valor da indemnização compensatória com base no citado contrato-programa e os respectivos pressupostos que lhe estão subjacentes.

A nossa responsabilidade consiste em verificar a correcção do cálculo do valor da indemnização compensatória e verificar a adequação do contrato-programa à legislação em vigor, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

O trabalho a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Guias de Aplicação Técnica da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, tendo ainda presente o disposto na Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.

Procedemos à avaliação dos gastos e rendimentos históricos, dos planos de investimento e dos pressupostos usados nas projeções.

Parecer

Com base no trabalho efectuado, somos de parecer que o contrato-programa proposto cumpre os requisitos previstos no art.º 47 da Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto, que o valor das indemnizações compensatórias está adequadamente calculado e decorre dos termos da referida proposta do contrato programa.

Marinha Grande, 19 de outubro de 2020

Luís Filipe Vicente Pinto
Revisor Oficial de Contas N.º 664